

A reportagem investigativa e suas especificidades: O processo de produção pela perspectiva dos (das) jornalistas

Mariana Galvão Noronha¹
Paula Melani Rocha²

Resumo

O artigo apresenta particularidades da reportagem investigativa substanciadas no processo de produção e nos procedimentos de apuração, pela perspectiva dos/das repórteres. A reflexão é parte dos resultados da dissertação "As especificidades do jornalismo investigativo: um estudo sobre o processo de produção jornalística investigativa", defendida no Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a qual teve como objetivo caracterizar se o jornalismo investigativo possui um método no processo de produção. A reflexão traz a análise da perspectiva dos profissionais e para isso, foram entrevistados seis jornalistas que produzem ou produziram reportagens investigativas - Andrea Dip, Angelina Nunes, Kátia Brembatí, José Roberto Toledo, João Maschio e Mauri König. Os resultados apontam simetrias nas posições dos/das repórteres e nas suas motivações de escolhas durante o percurso da pauta.

Palavras-Chave: Jornalismo investigativo; Método de apuração investigativa; Reportagem investigativa; Processo de produção.

Abstract

The article presents particularities of investigative reporting substantiated in the production process and in the investigation procedures, from the perspective of the reporters. The reflection is part of the results of the dissertation "The specificities of investigative journalism: a study on the process of investigative journalistic production", defended in the Master's in Journalism at the Ponta Grossa State University (UEPG), which aimed to characterize whether journalism has a method in

¹ Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada em Jornalismo pela UEPG. Email: mariana.gnoronha@gmail.com.

² Professora da UEPG, pesquisadora do Labjor/UNICAMP. Pós-doutora em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutora e mestre em Sociologia pela UFSCAR. Graduada em Jornalismo pela Casper Libero e em Ciências Sociais pela USP. Email: paulamelani@gmail.com.

the production process. The reflection brings the analysis of the perspective of the professionals and for that, were interviewed six journalists who produce or produced investigative reports - Andrea Dip, Angelina Nunes, Kátia Brembati, José Roberto Toledo, João Maschio and Mauri König. The results point to symmetries in the reporters' positions and their motivations of choices during the course of the agenda.

Keywords: Investigative journalism; Method of investigative; Investigative report; Production process.

Introdução

O artigo proposto apresenta parte dos resultados da dissertação de mestrado "As especificidades do jornalismo investigativo: um estudo sobre o processo de produção jornalística investigativa", defendida no Programa de Pós Graduação Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a qual teve como objetivo caracterizar se as especificidades do jornalismo investigativo se constituem como um método do processo de produção da reportagem investigativa e também sistematizar os procedimentos de apuração da reportagem investigativa. Para isso, a discussão parte da perspectiva dos repórteres. Foram entrevistados seis profissionais que produzem ou produziram reportagens investigativas - Andrea Dip, Angelina Nunes, Kátia Brembati, José Roberto Toledo, João Maschio e Mauri König. A problemática norte da discussão é aferir as escolhas e os procedimentos de apuração adotados pelos/pelas jornalistas durante o processo de produção da reportagem investigativa, bem como a participação da subjetividade na construção desse processo e sua relação com a objetividade das técnicas e estratégias que instrumentalizam a investigação e sua apropriação.

Mas o que é o jornalismo investigativo? Em 1972, o Jornalismo Investigativo vivia um de seus marcos históricos com a publicação da primeira reportagem da série sobre o caso Watergate, investigação de dois anos publicada no *The Washington Post* pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, que culminou com a renúncia do então presidente americano Richard Nixon. 45 anos mais tarde, o jornalismo investigativo segue trazendo à tona questões antes encobertas, mesmo diante do cenário atual do jornalismo mundial, com corte nas redações, queda de investimento de tempo e dinheiro em grandes reportagens e perseguições a jornalistas.

A produção da reportagem investigativa tem sido ainda a aposta de veículos como Rede Globo, Rede Record, jornal O Povo, entre outros, que atuam com núcleos de

jornalismo investigativo. Nessa lista entra também a RedeTV!, que ingressou no Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, em Washington (EUA), como única emissora brasileira a integrar o grupo mundial da investigação *Panama Papers*. Em dezembro de 2016, o grupo RBS lançou o Grupo de Investigação (GDI), composto por nove repórteres e um editor, todos com experiência em investigação, mas cada um com habilidade em diferentes áreas, como infiltração jornalística, crimes do colarinho branco, desvios no serviço público, temas das áreas policial e política e utilização de bancos de dados. A iniciativa sustentou-se “[...] na crença de que a investigação jornalística é essencial para a democracia e para a transformação da sociedade” (GRUPO RBS, 2016³).

O jornalismo investigativo é fundamental para a sociedade, especialmente em uma era em que as desinformações circulam em larga escala pelas redes sociais. O Grupo RBS tem tradição de décadas em reportagem investigativa e, agora, com a criação do GDI, reafirma em mais um grande passo seu propósito de informar para transformar positivamente a sociedade. [...] Poucas redações no mundo investem em um grupo de repórteres focado em investigações. Reportagens desse tipo exigem tempo: algumas levam meses para serem concluídas. Em compensação, são o tipo de jornalismo que tem mais poder de transformar, na sociedade, aquilo que está errado. Ao criar este time, as redações estão dando contribuição ainda maior à comunidade onde atuam.

Ao mesmo tempo, este cenário de transformação do jornalismo deu brecha para o surgimento de sites independentes com escopo em jornalismo investigativo, como a Agência Pública, site de jornalismo investigativo independente lançado em 2011. Em 2016, a Pública deu início a um mapeamento das iniciativas de jornalismo independente no Brasil, nascidas sem qualquer conexão com grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. Em constante atualização, o Mapa do Jornalismo Independente⁴ registrou 79 iniciativas selecionadas pela própria Agência Pública e outras 133 indicadas por leitores. Dessas mais de 200 iniciativas de jornalismo independente, nem 2% chegam a ter “jornalismo investigativo” ou “reportagem investigativa”, em sua descrição. Entretanto, no mapa estão, por exemplo, a Volt Data Lab, uma agência dedicada a produzir reportagens e investigações a partir de dados; o Marco Zero

³<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/gdi/noticia/2016/12/rbs-lanca-grupo-de-investigacao-8573996.html>

⁴ <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html#> (pesquisa em fev/2017)

Conteúdo, com reportagens aprofundadas e investigativas, com temas de interesse público; e o Jornal Já, que há 30 anos traz reportagens especiais e investigativas sobre a região da grande Porto Alegre.

Diversos autores já discutiram a conceituação do jornalismo investigativo. Na concepção de Lopes e Proença (2003), a atuação do jornalismo investigativo ocorre no sentido de reconstruir acontecimentos importantes, promover reformas, expor injustiças, desmascarar fraudes e divulgar informações ocultadas pelos poderes públicos. Para os autores, enquanto o jornalista que realiza a produção diária atua mais como um transmissor da notícia, sendo o produtor do texto dentro de uma determinada estrutura, o jornalista investigador seria o criador e investigador da informação.

O jornalista investigador é quem provoca a informação, é quem dá os passos necessários para a obtenção dos dados que necessita para completa-la, aquele que busca, compara, não é um mero receptor da informação. É aquele que se adianta aos acontecimentos. Não espera que os fatos se produzam; ele os desencadeia ou os para com sua investigação, dependendo dos fatos e do que tratam (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 15).

Como os autores mencionam, considerar a atuação do repórter é fundamental, permitindo que a reportagem investigativa apresente um maior volume de informações, revelando algo até então desconhecido com um tom denunciativo, em comparação com o que é noticiado na produção jornalística factual. Contudo, nem toda reportagem pode-se dizer que caracteriza uma reportagem investigativa.

Com estas características, a reportagem investigativa exige mais tempo e profundidade “que o trabalho de relatar notícias sob pressão do fechamento” (REYES, 1999, p.6). Isso quer dizer que o tempo, um dos elementos principais na teoria da construção social e produção do jornalismo, que determina a rotina, é um diferencial na reportagem investigativa. O elemento tempo é um diferencial que se caracteriza tanto na produção da investigativa quanto da reportagem.

O jornalismo investigativo resulta em reportagens que exigem do jornalista uma maior dedicação no levantamento de dados, entrevistas, observação direta, bem como na checagem e na rechechagem das informações, demandando mais tempo no processo de produção, com objetivo também de conferir a precisão dos dados e informações. A pesquisadora Quesada (1987 apud SEQUEIRA 2005, p.74) defende que a diferenciação do jornalismo de atualidade e o jornalismo investigativo não está no formato do texto ou

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.135–151. Jan/Jul 2018.

na apresentação gráfica do material, mas está justamente no processo de trabalho do profissional, mais especificamente, as estratégias que ele usa para a apuração do material. Ou seja, o processo de trabalho no jornalismo investigativo é peculiar.

Kovach e Rosenstiel (2004) defendem que o processo de seleção e edição desenvolvido na rotina jornalística em busca da "verdade" é uma coisa que não surge sozinha, mas depende de técnicas e métodos, caracterizando um método de trabalho. Nesse sentido, o jornalismo investigativo pode ser definido como a busca da verdade oculta (LOPES; PROENÇA, 2003) e para isso demanda de um processo de apuração e investigação guiados e amparados por uma sistematização de procedimentos metodológicos. De acordo com Rocha (2015), entende-se por apuração os procedimentos necessários e adotados na busca do levantamento de informações, dados, documentos, entrevistas, pesquisa, consulta a fontes e como pontua Pereira Junior (2006), também a checagem do material apurado, todo esse esforço em busca de uma melhor apreensão do acontecimento. Assim, vislumbra-se que a apuração não ocorre apenas na fase inicial do processo de produção jornalística, mas que ela também perpassa pela construção e edição do texto.

Embora nem toda reportagem seja classificada como investigativa, o texto investigativo, em via de regra, caracteriza-se como uma reportagem. O que significa que deve trazer uma contextualização da informação descortinando seu caráter único e revelando o fenômeno no qual está abarcado, deve também travar necessariamente um diálogo articulando as dimensões singular, particular e universal (GENRO FILHO, 1987) que envolvem o tema.

O jornalismo investigativo não reporta o simples acontecimento do fato, vai além de informar os dados, deve sim contextualizá-los, interpretá-los e conectá-los a outras variáveis (ROCHA; SILVA, 2014). É o que Soliani (2008) diz quando uma boa cobertura sobre orçamento do Estado e políticas sociais transpõe a ideia de apenas seguir o dinheiro:

É preciso estabelecer comparações históricas para saber o comportamento dos gastos ao longo do tempo; usar parâmetros internacionais ("benchmarks") para avaliar a eficiência dos projetos específicos; recorrer a estudos sobre a evolução dos indicadores sociais do país, a pesquisas que avaliam programas específicos do governo e a especialistas para saber se os resultados dos programas justificam as despesas. É preciso ainda consultar ONGs (organizações não-governamentais) que acompanham a execução ou estão diretamente envolvidas em projetos do Estado e, não menos importante, conversar

com os próprios supostos beneficiários dos programas (SOLIANI, 2008, p.157).

No jornalismo investigativo, o objetivo da produção jornalística seria conseguir “chegar à essência das coisas, tentar responder os porquês que provocam uma situação prejudicial à coletividade ou ao interesse público. [...] O jornalismo de investigação tem objetivos concretos que transcendem a informação diária, cuja produção fica velha em 24 horas” (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 14)

Pensar o jornalismo investigativo como uma prática específica entre outras do jornalismo não é algo inovador. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) compartilha dessa concepção, assim como os autores brasileiros Nascimento (2010), Sequeira (2003), Lopes e Proença (2003), Dines (1986), Chaparro (1994), Lages (2001), além dos autores internacionais. Em consonância com Sequeira (2005), o jornalismo investigativo se diferencia porque demanda de métodos de pesquisa e estratégias operacionais. No jornalismo investigativo a informação é algo susceptível de ser “trabalhado mais a fundo, de ser documentado, ampliado, verificado, contextualizado, indagado e investigado sob todos os ângulos” (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 10). O pesquisador Lage (2001 apud SEQUEIRA, 2005, p.24) define que o jornalismo investigativo é aquele que realmente pratica a investigação, dedica tempo e esforço atrás da informação. Seria um “guardião da sociedade”. É válido mencionar, como os próprios autores colocam, que essas constatações sobre um procedimento metodológico não são embrionárias e sim fruto de estudos e observações práticas por um conjunto de profissionais.

Procedimentos da pesquisa e apresentação dos entrevistados

Partindo da perspectiva de Groth (2011), buscou-se por uma metodologia para analisar o jornalismo, considerando suas especificidades e particularidades. Dessa forma, realiza-se análise da produção da reportagem investigativa a partir de entrevistas semi estruturadas e abertas com os/as repórteres, via email e pessoalmente, na tentativa de entender o percurso percorrido, as técnicas e procedimentos utilizados. Foram selecionados as jornalistas Andrea Dip, Angelina Nunes, Kátia Brembatti e os jornalistas José Maschio, José Roberto de Toledo, e Mauri Konig. Todos eles são integrantes da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e atuam especialmente com as temáticas de política, direitos humanos, segurança pública e meio ambiente.

Andrea Dip – graduada em Jornalismo pela Universidade Santa Cecília. Começou no jornalismo de direitos humanos em 2001 na revista Caros Amigos, mas foi na Agência Pública de Jornalismo Investigativo, a partir de 2013, que concretizou sua produção em jornalismo investigativo. Atua na Agência Pública como repórter especial cobrindo temas relacionados a infância, gênero, situação carcerária entre outros.

Angelina Nunes - mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciou sua trajetória profissional em 1982, com atuação em rádio e TV. Começou a trabalhar com o jornalismo impresso a partir de 1988 e ingressou no Jornal O Globo em 1991, onde começou com a produção de reportagens investigativas a partir de 2000. Se especializou na cobertura investigativa sobre administração pública, mas também saúde e segurança pública.

José Maschio – graduado em Comunicação Social- Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É um dos sócios fundadores da ABRAJI. Foi repórter da Agência Folha (Folha de S. Paulo) durante o período de outubro de 1987 a dezembro de 2010. Como repórter, especializou-se na investigação jornalística de crimes de lavagem de dinheiro, corrupção em órgãos públicos, fronteiras e questão agrária.

José Roberto de Toledo – graduado em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes - ECA/USP. Trabalhou por 13 anos na Folha de S.Paulo, onde atuou como editor da coluna Painel de 1991 a 1996, e como repórter especial de 1996 a 2000. Especializado em Reportagem com Auxílio do Computador (RAC/CAR), jornalismo de dados e pesquisas de opinião. Recentemente, integrou a equipe de jornalistas brasileiros que revelou informações do caso conhecido como *Panama Papers*.

Kátia Brembatti – graduada em Comunicação Social - Jornalismo - pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É repórter do jornal Gazeta do Povo desde 2004, com foco em jornalismo investigativo. Sua principal produção no jornalismo investigativo é a premiada série Diários Secretos, que revelou uma série de abusos na administração da Assembleia Legislativa do Paraná.

Mauri Konig– graduado em Letras pela Unioeste e em Jornalismo pela União Dinâmica de Faculdades Cataratas. No início de 2017, conquistou o terceiro lugar no ranking ‘Mais premiados jornalistas da História’, elaborado pela revista Jornalistas & Cia. Seu foco no jornalismo investigativo é a cobertura de corrupção policial e governamental, direitos humanos, infância e adolescência.

O que o repórter tem a dizer sobre o jornalismo investigativo?

Com as entrevistas, é possível identificar o que existe de subjetividade do repórter no processo de investigação, na escolha pelo uso de técnicas e estratégias que estejam em consonância com a complexidade da pauta, bem como entender o movimento pendular que envolve o processo produtivo da reportagem investigativa. Mas o que estes profissionais que atuam com reportagens investigativas entendem por jornalismo investigativo? Há um consenso nessa definição ou, ainda que profissionais dessa prática jornalística, os repórteres conceituam o jornalismo investigativo de formas diferentes? Nas respostas dos seis jornalistas entrevistados, muito vai ao encontro do que já foi exposto na teoria, como um atravessamento diferente dos fatores tempo e espaço na produção do jornalismo investigativo. Por outro lado, existem algumas divergências sobre quais são os obstáculos enfrentados nessa produção.

Para Andrea Dip, a diferença entre o jornalismo investigativo e o factual é apenas uma questão prática: o tempo para apuração. A jornalista aponta que essa questão se tornou ainda mais complexa com os portais da internet, fazendo com que as produções *hard news* enfrentem uma competição absurda, que não permite o aprofundamento dos temas.

O *hard news* tem um papel muito importante. No diário, é preciso noticiar que um prédio caiu e quantas pessoas morreram. Eu, como jornalismo investigativo, vou querer saber porque aquele prédio caiu, quem construiu, se o material era ruim... mais profundo. Os dois tem importância. Acho que é uma questão de tempo, de apuração, e de pessoal mesmo. Às vezes os jornais não podem destacar um repórter para investigar um assunto. São realidades muito diferentes para a gente conseguir comparar, mas as duas são importantes (DIP, 2016).

Angelina Nunes, que experimentou uma fase do jornalismo brasileiro sem a força da internet, concorda que este é um dos pontos que diferencia as produções, mas também reforça as discrepâncias no processo de produção, sendo o jornalismo investigativo aquele que busca mais fontes, que amplia a discussão. A definição de Nunes ainda chama atenção para o fato do uso de diversas técnicas de apuração aliadas e não apenas a entrevista com uma fonte oficial, por exemplo, recurso bastante usado no jornalismo factual.

Você tem que apurar melhor, você tem que conhecer outras técnicas, você tem que lidar bem com procurar fontes na internet, você tem que usar o computador a seu favor, descobrir bancos de dados interessantes,

tem que ler uma documentação absurda, escutar especialistas. Quer dizer, é um **método diferente** (grifo nosso) do que você ir ali porque está inaugurando uma biblioteca agora ou tem uma exposição e você vai ali e faz só a exposição. É você não se satisfazer com a primeira informação (NUNES, 2016).

A fala de Angelina Nunes remete às distinções entre jornalismo convencional e investigativo propostas por Hunter (2013), sobretudo nas especificações da pesquisa e relação com as fontes. No que se refere à pesquisa, o autor aponta que a reportagem exige documentação para apoiar ou negar as informações das fontes. E complementando em relação às fontes, Hunter (2013) menciona que o repórter pode contestar os depoimentos e confrontá-los. É o que a repórter acima menciona com **não se satisfazer com a primeira informação, como se fosse incontestável, para isso, ela sinaliza um método diferente** (grifo nosso) de apuração adotado pelo jornalista.

Para Kátia Brembatti, o jornalismo investigativo é aquele produzido em profundidade, que revela uma realidade. Por outro lado, Mauri König aponta que a premissa da investigação jornalística está em uma boa história apurada pelo próprio repórter e com base no interesse público, mas sem necessariamente trazer uma denúncia em sua origem. Assim como as colegas, ele diferencia a produção investigativa da factual pelo nível de profundidade das informações apuradas.

Qualquer cobertura jornalística pressupõe uma investigação. O que diferencia uma de outra é o grau de dedicação e profundidade com que o profissional investiga o caso. Ao cobrir um acidente de carro na esquina, o repórter parte do zero e tem de ouvir as diferentes versões para explicar o ocorrido, o que é uma investigação. É claro, porém, que não se pode compará-la em termos de profundidade com o trabalho feito por um repórter que, a partir de uma informação, passa dias, semanas ou meses investigando o caso, descobre documentos por conta própria, entrevista diversas fontes e desvenda um esquema de corrupção, por exemplo (KÖNIG, 2016).

O jornalista José Roberto Toledo acredita que a diferença entre o factual e o investigativo está centrada no processo de produção e na apuração da reportagem, sem ligação direta com a pauta ou a forma de publicação. A avaliação de Toledo é importante devido ao seu *know how* no campo investigativo. O jornalista integrou a maior cooperação de mídia da história, que reuniu mais 100 órgãos de imprensa para as publicações do caso *Panama Papers*. A série de reportagens contou com o trabalho de mais de 370 jornalistas, de 76 países diferentes, sob a coordenação do Consórcio Internacional de **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.135–151. Jan/Jul 2018.

Jornalistas Investigativos (ICIJ). As publicações conseguiram revelar uma rede global de corrupção, que usava a empresa Mossack Fonseca, do Panamá, como forma de ocultação de recursos em paraísos fiscais. Somente no Brasil, as reportagens do caso *Panama Papers* revelaram a existência de 107 *offshores*, mais tarde relacionadas com as investigações da Operação Lavo Jato.

Por outro lado, José Maschio defende que as diferenças permeiam todo o processo: na pauta, no processo de apuração e na publicação do material final. “O jornalismo investigativo é um quebra-cabeças que o jornalista precisa montar. Existe uma persistência maior do jornalista”, avalia Maschio. Especializado em investigações sobre agronegócio, Maschio é da geração de jornalistas da década de 1980, produzindo reportagens investigativas em veículos brasileiros em um período em que se tem pouca literatura. Ou seja, ele reforça o conceito de que o jornalista investigador é aquele que provoca a informação, não funciona como um simples receptor (LOPES; PROENÇA, 2003). “Parte da pauta, do método, da escolha do repórter, da especialização de cada um, da edição, da redação dessa reportagem e principalmente da veiculação”, destaca Nunes. As respostas revelam também a presença da subjetividade do repórter no processo de produção da reportagem, configurando o movimento dialético na construção da investigação e da concretização da reportagem investigativa em si.

König também é um defensor do papel do jornalista no jornalismo investigativo, acreditando que a produção desse jornalismo funciona muito mais em razão do empenho dos profissionais do que por uma linha editorial dos veículos de imprensa.

Em geral, essas pautas são pensadas, estruturadas e executadas tomando-se como base o interesse e o conhecimento do profissional de imprensa. Embora se dê muita importância a temas políticos e econômicos, também é possível fazer jornalismo investigativo com temas sociais, policiais e ambientais, para citar alguns. A internet é uma importante fonte de informações, mas não deve ser a única nem a principal. A verdadeira reportagem está nas ruas (KÖNIG, 2016).

O caminho do jornalismo investigativo também é permeado por algumas dificuldades, considerando sua atuação em desmascarar fraudes, expor injustiças e divulgar informações ocultadas pelos poderes públicos (LOPES; PROENÇA, 2003). Nesse sentido, König aponta dois diferentes obstáculos que podem incorrer dessa produção. A primeira delas de ordem subjetiva, como pressões políticas ou de anunciantes para que o material não seja publicado, sendo que as reportagens [Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo](#), Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.135–151. Jan/Jul 2018.

investigativas podem mexer com o interesse de grupos políticos, empresariais e até criminosos. Diante dessa complexidade, o próprio jornalista responsável pela investigação pode sofrer retaliações ou agressões.

Mas os principais obstáculos para essa produção jornalística estão no cerne da própria rotina produtiva: o tempo e o investimento nesse processo. Para Kátia Brembatti (2016), “o tempo é valor mais precioso em discussão nesse campo”. Maschio concorda, afirmando que o tempo é “o que mata o jornalismo”. König discute ainda o obstáculo do tempo, aliado ao investimento.

Um dos grandes impeditivos de uma reportagem de profundidade são os custos representados por viagens e a dedicação de um repórter ou equipe a um único caso durante dias, semanas ou meses. Além das despesas diretas, há ainda a necessidade de reordenamento na redação para suprir a ausência deste profissional, o que pode acarretar em mais trabalho para os colegas e, por consequência, mais horas-extras ou pagamento de *free lancer* (KÖNIG, 2016).

Por atuar em um veículo que foca na produção de jornalismo investigativo, a Agência Pública, Andrea Dip não enfrenta essa dificuldade na hora de produzir, seja no que se refere a tempo, espaço ou mesmo investimento. Por trazer à tona temáticas muitas vezes delicadas, a jornalista também destaca a dificuldade em ter acesso às fontes necessárias para cercar a pauta, especialmente personalidades políticas e oficiais, que evitam o contato com a imprensa.

Se eu preciso entrar na cadeia, é óbvio que o governador não vai deixar, ele sabe que eu vou fazer uma denúncia. A dificuldade está quando os órgãos oficiais não me atendem, não me respondem, não me dão números. Se preciso falar com deputado, ele não fala comigo e eu tenho que ficar caçando ele pelo Congresso. Tempo e espaço não são dificuldades trabalhando na Pública. O maior obstáculo é ter que falar com pessoas que não querem falar comigo (DIP, 2016).

Mas se por um lado esta prática é atravessada por obstáculos da rotina produtiva e também relativos às suas especificidades, por outro, o surgimento de novas ferramentas e avanços da tecnologia têm funcionado como aliados na produção da reportagem investigativa. Entre eles podemos mencionar a Lei de Acesso à Informação, as novas técnicas de raspagem de dados, base de dados públicas e a própria internet. Pertencente a uma geração mais recente, Andrea Dip comenta que não conheceu o jornalismo “antes do Google”, mas reconhece que hoje os jornalistas contam com uma gama maior de

ferramentas, o que não significa necessariamente um jornalismo de melhor qualidade. “Posso ter as ferramentas e não saber fazer. O que transformou é que hoje temos mais ferramentas. Só da gente poder publicar uma reportagem sem papel...quem faria uma nova iniciativa de jornalismo se não fosse a internet?”, aponta Dip. Mesmo pertencendo a outra geração de profissionais, Maschio concorda que seriam apenas ferramentas que facilitaram a prática do jornalismo investigativo, mas não chegaram a transformá-lo, lembrando que a observação e entrevistas, por exemplo, ainda desempenham um papel fundamental na investigação.

Responsável por coordenar uma equipe de repórteres na investigação ‘Bastidores do Poder’, do jornal O Globo, Angelina Nunes já avalia que estas ferramentas representam grandes transformações na prática do jornalismo investigativo. Usando a própria investigação mencionada como exemplo, ela lembra da dificuldade em acessar documentos públicos, que muitas vezes exigiam custos para obtê-los.

Porque antes, imagina, você tinha que pegar a documentação no lugar X e você tinha que ir de corpo presente, chegava lá e não era tão simples. Ficavam te passando para 20, 30 pessoas...você perdia muito tempo. Com a Lei de Acesso a Informação você faz o requerimento e ele é obrigado a informar. A internet veio mostrar também os bancos de dados, que são mais transparentes (NUNES, 2016).

Para quem usa a técnica de jornalismo de dados, estes avanços representam ainda mais transformações no jornalismo investigativo. José Roberto Toledo, adepto da prática em suas investigações, defende que o meio digital revolucionou o jornalismo, transformando a escassez de dados em excesso, e o trabalho de reportagem de simples coleta em colheita, limpeza e estruturação de dados para análise. “A lei de acesso amplia esse volume e diversidade de fontes”, destaca.

O fator tempo mencionado pelos entrevistados é um ponderador das especificidades do processo de produção da reportagem investigativa em comparação à produção factual. Ele possibilita desenvolver o movimento pendular de apuração e triangulação das informações, quanto menor o tempo, mais as estratégias, técnicas e procedimentos que desenham esse movimento são equacionadas. O tempo pesa nas escolhas realizadas pelos entrevistados durante o processo de produção e construção da reportagem, bem como na disciplina adotada para levantar dados e checá-los. Também não se deve desconsiderar o impacto da tecnologia. Tanto as falas dos repórteres mais velhos que habitaram e produziram reportagens investigativas sem internet, LAI e Portal [Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo](#), Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.135-151. Jan/Jul 2018.

de Transparência, mencionam isso, como também as falas dos mais novos que já entraram usufruindo seus impactos. Lembrando que, como os entrevistados mesmo pontuaram, não basta a existência do acesso ao mundo da internet, o profissional tem que saber buscar (o que e onde), analisar os dados e entrevistá-los, confrontar as informações obtidas. Dessa forma, as respostas sinalizam tanto para aspectos objetivos da rotina produtiva, como técnicas e procedimentos, quanto atributos do jornalista enquanto profissional, associados à vivência de cada um, vivência essa que leva o profissional a costurar tais procedimentos com certa autoria.

Nesse sentido, as falas dos entrevistados apontam especificidades na produção da reportagem investigativa e no desempenho do repórter. Contudo, é importante considerar também o lugar de fala deles, bem como seu posicionamento ao valorizar o trabalho que desempenham.

Considerações finais

Com as respostas dos repórteres, foi possível perceber que, para além de ser um jornalismo mais profundo, o jornalismo investigativo é aquele que percebe o acontecimento não como uma ocorrência factual isolada, mas como um fenômeno, havendo a necessidade de abordar suas causas e consequências. A pesquisa intensa é uma das especificidades do jornalismo investigativo. Os jornalistas relataram, cada um à sua maneira, realizar uma extensa pesquisa sobre o assunto pautado, muitas vezes, antes mesmo de levar a pauta até a chefia para aprovação. Percebe-se essa especificidade claramente no relato de Angelina Nunes, que revela ter investigado “clandestinamente” (fora do horário de expediente) para a produção da série de reportagens ‘Bastidores do Poder’. Dentro de um veículo diário, ela conta que para convencer os chefes sobre a produção da reportagem, só teria alguma chance se chegasse já com parte do material apurado. A pauta sobre os elevados patrimônios dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro só foi aceita quando a equipe já havia tabelado todas as declarações de rendas dos políticos e identificado quais apresentavam patrimônio inconsistente com a atividade política.

Aqui também entra em jogo a questão do investimento de tempo e dinheiro no jornalismo investigativo. Mais do que uma limitação logística para a produção da reportagem, o tempo no jornalismo investigativo também é um obstáculo a ser vencido dentro das culturas organizacionais, especialmente nos veículos que possuem foco na [Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo](#), Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.135-151. Jan/Jul 2018.

produção diária, como os jornais cujas reportagens foram analisadas nesta pesquisa. É preciso um esforço ainda maior do repórter para convencer sobre as vantagens de se apostar tempo e dinheiro em determinada pauta, liberando uma equipe para se dedicar exclusivamente a investigação por certo período. A própria investigação pode exigir investimento, bem como a organização pode ter a necessidade de repor pessoal na cobertura diária durante este período.

O tempo é o que define também o processo de investigação. Os procedimentos adotados pelos profissionais têm relação com o tempo disponível para realizar a investigação. Para conseguir apreender as causas e consequências dos fenômenos pautados, o jornalismo investigativo se vale de diversas perspectivas, por isso a pluralidade e polifonia de fontes que aparecem nas reportagens, diferente do confronto tradicional das “duas versões” na cobertura diária.

Na produção do jornalismo investigativo, os avanços tecnológicos, o acesso a banco de dados e Lei de Acesso à Informação (LAI), por exemplo, são questões que agregaram à prática, conforme apontam os próprios profissionais. Entretanto, os jornalistas também questionam até que ponto estas questões realmente transformaram o jornalismo investigativo, sendo que são ferramentas que precisam de um conhecimento específico para seu domínio. A LAI e os bancos de dados pouco colaboram para aqueles que não dominam o seu uso, não conhecem técnicas de raspagem de dados ou como solicitar as informações da melhor forma. Além disso, os próprios profissionais entendem estas inovações como ferramentas, já que o uso dos procedimentos tradicionais, como a observação, a entrevista e levantamento de documentos continuam sendo largamente usados.

Conclui-se se então que os procedimentos que caracterizam o processo de produção da reportagem investigativa podem ser os mesmos que da produção factual, em sua essência. Os procedimentos são a consulta a documentos, entrevistas, acesso a estudos e pesquisas e observação. Entretanto, a diferença está na forma como o repórter se apropria desses procedimentos e uso que faz deles para esgotar o assunto, para alcançar as causas e consequências do referido fenômeno. Para isso, mais do que usar este ou aquele procedimento, o repórter investigativo faz uso da triangulação dos dados e informações obtidas. O jornalista não é um mero receptor da informação.

Na produção da reportagem investigativa, a pauta pede que o repórter se aproprie de forma diferente dos procedimentos, que são os mesmos, mas usados com uma **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.135-151. Jan/Jul 2018.

disciplina para investigação. É o que cada procedimento revela no caminho da investigação que determina o movimento pendular, de avançar ou retornar para o procedimento anterior. Essa disciplina de investigação é necessária tanto para fazer estas escolhas durante o processo produtivo da reportagem investigativa, como também para organizar o grande nível de informações coletadas.

Nesse processo, revela-se a importância do papel do repórter no jornalismo investigativo. Muito de sua própria observação aparece como fonte nas reportagens, mas também revela-se na subjetividade das escolhas. Se por um lado todos usam os mesmos procedimentos, as subjetividades também ficam claras, dependendo do veículo, dependendo da experiência profissional de cada um. Por exemplo, enquanto Mauri König vale-se com frequência da observação, Andrea Dip sempre busca referências no meio acadêmico para suas investigações, usando dissertações e teses como fonte nas reportagens. Angelina Nunes prefere o trabalho em equipe, de forma que possa explorar melhor as qualidades de cada profissional, garantindo tempo e credibilidade no material produzido.

Referências

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre:Ed. Tchê, 1987.

GROTH, Otto. A Tarefa da Pesquisa Científica sobre a Cultura. In: **O Poder Cultural Desconhecido: Fundamentos da Ciência dos Jornais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

HUNTER, M. L. **A investigação a partir de histórias – Um manual para jornalistas investigativos**. Montevideo: Oficina Regional de Ciencias de la UNESCO para América Latina y el Caribe, 2013.

KOVACK, B. e ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**; o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo, Publisher Brasil, 2003.

NASCIMENTO, S. **Jornalismo sobre investigações**: Relações entre o Ministério Público e a imprensa. 2007, 228 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

PEREIRA JUNIOR, L. C. **A apuração da notícia.** Métodos de investigação na imprensa. Petrópolis, Ed. Vozes, 2006.

PÚBLICA, Agência. **O mapa do jornalismo independente.** Disponível em: <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html#_>. Acesso em: 6 set 2016.

RBS, Grupo. **RBS lança Grupo de Investigação.** Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/gdi/noticia/2016/12/rbs-lanca-grupo-de-investigacao-8573996.html>>. Acesso em: 2 dez 2016.

REYES, G. **Periodismo de Investigación.** México: Trillas, 1999.

ROCHA, P.M. **Os impactos da tecnologia na produção jornalística e a formação do profissional.** Artigo apresentado no XIV Congresso Internacional IBERCOM 2015, realizado em São Paulo no período de 29 de março a 2 de abril de 2015.

ROCHA, P. M.; SILVA, G. B. da. **A necessidade do conhecimento em investigação jornalística de precisão na formação do profissional para fortalecer as deontologias do jornalismo e seu exercício na sociedade contemporânea.** In. Estudos em Comunicação, N.16, 2014.

SEQUEIRA, C. M. de. **Jornalismo Investigativo: O fato por trás da notícia.** São Paulo: Ed. Summus. 2005.

SOLIANI, A. **Siga o dinheiro: orçamento e a cobertura das políticas sociais.** In. Guilherme Canela (org). Políticas Públicas Sociais e os desafios para o Jornalismo. ANDI, Editora Cortez, São Paulo, 2008.

Enviado em: 28/05/2018

Publicado em: 13/06/2018